



EXPRESSO	12.JAN.1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Pintasilgo deverá voltar à UNESCO

MARIA de Lurdes Pintasilgo deverá retomar as suas funções de embaixador de Portugal junto da UNESCO, embora tenha sido retida em Lisboa durante alguns dias por indicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros que lhe foi comunicado na véspera do dia que tinha marcado para regressar ao posto.

A suspensão do seu regresso a Paris parece ter sido acompanhada de uma discussão no seio do Governo e da Aliança Democrática sobre a continuação das funções que Maria de Lurdes Pintasilgo vem desempenhando junto da UNESCO e que alguns sectores entendiam que não deveriam prosseguir.

A possibilidade da antiga Primeiro-Ministro ser afastada do cargo, ou o próprio interesse que o actual Governo via nessa decisão terão, de resto, sido objecto de uma conversa entre Sá Carneiro e o Presidente da República que se sabe que não terá admitido esta eventualidade.

Embora fontes ligadas à Presidência da República insistam em que não houve qualquer choque mais frontal entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro sobre esta matéria, admite-se que o general Ramalho Eanes tenha lembrado a Sá Carneiro que os decretos de colocação e exoneração de embaixadores tem que ser assinados pelo Presidente, que não estaria na disposição de o fazer em relação à exoneração de Maria de Lurdes Pintasilgo do cargo que desempenhava antes de ser chamada a formar governo.

O caso de Maria de Lurdes Pintasilgo, segundo sectores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, poder-se-ia enquadrar dentro da decisão de reapreciar toda a política de colocações e promoções do anterior Governo.

Efectivamente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, logo no início das suas funções, determinou que ficassem congeladas por um período de trinta dias todas as decisões tomadas pelo anterior Governo no que diz respeito a colocação, promoção e transferências de pessoal, o que faz com que, neste momento, persistam muitas dúvidas em torno de algumas das últimas opções do anterior Executivo.

Um caso particularmente controverso é o da colocação em Londres do embaixador Freitas Cruz que desempenhou funções de ministro dos Negócios Estrangeiros no IV e V Governo Constitucional, e a quem o Governo britânico concedera já "agreement" há alguns meses.

O caso da colocação de Freitas Cruz aparecia como particularmente complicado pela circunstância de ainda não existir qualquer decreto a colocá-lo em Londres, o que implicaria que Freitas do Amaral, que o criticou duramente durante a campanha eleitoral, teria que propôr ao Presidente da República a nomeação para Londres e assinar ele próprio o Decreto.

As mesmas dificuldades não existiriam por parte do Governo em Relação a Paulo Enes, que foi secretário de Estado nos anteriores governos e tem também já "agreement" concedido para Bona designação em relação ao qual o actual Governo não veria inconveniente.

Um outro caso de colocação de embaixador que poderia levantar alguma celeuma seria o de João de Sá Coutinho em Madrid, caso que o Governo poderia estar interessado em reavaliar, embora a sua situação seja substancialmente diferente da de Freitas Cruz, na medida em que o Decreto que o coloca em Madrid já está assinado e aguardando apenas publicação.

Futuro